

RELATÓRIO ANUAL

2021



BRANCO



RELATÓRIO ANUAL



2021
SICOOB
Secovicred

ÍNDICE

05	Palavra do Presidente	
06	Dados Cadastrais	
08	Política da Qualidade	
09	Metas para 2022	
11	Eventos Apoiados	
19	Prestação de Contas	
27	Demonstrações Contábeis	

PALAVRA
DO PRESIDENTE

Em 2020, após nos anteciparmos à tendência do cooperativismo de crédito brasileiro de somar forças para crescer e conduzirmos um processo de incorporação responsável e bem sucedido, a Sicoob Secovicred entrou 2021 determinada a dar sequência à trajetória ascendente que faz da nossa cooperativa uma das mais conceituadas e prósperas da região Centro-Oeste. Eliminamos a palavra crise do nosso dicionário, focamos nas oportunidades e, com trabalho e profissionalismo, encerramos mais um ano desafiador com muito a comemorar.

Além de batermos um recorde histórico em termos de sobras, com um total de R\$ 42.673.281, finalizamos 2021 com números significativos: 18.808 cooperados, patrimônio líquido de R\$ 210.081.462 e operações de crédito que totalizaram R\$ 757.387.186. Em ativos totais, atingimos R\$ 1,088 bilhões.

Em 2021, nossos cooperados puderam comemorar ainda a abertura de dois novos pontos de atendimento: unidade Nova Suíça e unidade Fecomércio-GO. Enfim, continuamos crescendo sem abdicar da tradição e dos valores cooperativistas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, fortalecendo a marca Sicoob e evidenciando o nosso compromisso com o avanço socioeconômico de nossos cooperados e de nossa região.

Em 2022, sempre atuando em sintonia com as demandas e interesses de nossos cooperados, prosseguiremos trabalhando de forma séria e determinada, superando obstáculos e oferecendo apoio, suporte e todas as vantagens e benefícios de uma instituição que, merecidamente, conquistou um importante e generoso espaço no cenário cooperativista de crédito brasileiro.

Que Deus nos abençoe e nos dê sabedoria para continuarmos trilhando o caminho do sucesso e da prosperidade.

MARCELO BAIOCCHI CARNEIRO
Presidente

“Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês”, diz o Senhor, ‘planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro’. Jeremias 29:11

DADOS CADASTRAIS

Denominação Social:.....Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda

Nome Fantasia:.....SICOOB SECOVICRED

Autorização de Funcionamento BACEN:..... 0501287730/2005

UAD

CNPJ:.....07.599.206/0005-52

Nº Inscrição Municipal:4510917

Endereço:Av. T-7, Q. R34, N 371, Lotes 01/02/03/07 - Setor Oeste - Salas 2501 a 2513 - Goiânia-GO

Cep:74.140-110

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-00 AVENIDA D

CNPJ:07.599.206/0001-29

NIRE:52 4 0001023-5

Nº Inscrição Municipal:2234319

Endereço:Av. D, nº 314, Q E10, Lt. 51 - Setor Oeste - Goiânia-GO

Cep:74.140-160

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-01 BUENA VISTA

CNPJ:07.599.206/0002-00

Nº Inscrição Municipal:2504154

Endereço:Av. T-4, S/N, Q. 124, Lote 7/15, Loja 239 - Setor Bueno - Goiânia-GO

Cep:74.230-030

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-04 SECOVI

CNPJ:07.599.206/0003-90

Nº Inscrição Municipal:3613542

Endereço:Av. Fued José Sebba com Rua 32, Qd. A22, Lt. 22/24 - Setor Jardim Goiás - Goiânia-GO

Cep:74.805-100

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-06 BURITIS

CNPJ:07.599.206/0006-33

Nº Inscrição Municipal:3110039781

Endereço:Av. Dona Maria Cardoso, S/N, Qd. 099, Lt. 02/12, Loja 04, Vila São Tomaz - Goiânia-GO

Cep:74.915-520

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-07 NOVA SUIÇA

CNPJ:07.599.206/0015-24

Endereço:Praça Wilson Salles, Qd. 586, Lt. 3/4, S/N, Sala 2 - Bairro Nova Suíça - Goiânia-GO

Cep:74.280-370

Telefone para contato(62) 3416-0000

PA-12 EDUCAÇÃO

CNPJ:07.599.206/0010-10

Endereço:Av. Anhanguera c/ Quinta Avenida, Qd. 01, Lt. 1/2/3/29 - St. Leste Vila Nova - Goiânia-GO

Cep:74.643-970

Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-13 PARQUE AGROPECUÁRIO

CNPJ:07.599.206/0009-86

Endereço:Rua 250, nº 221 - Lot Nova Vila - Goiânia-GO

Cep:74.653-200

Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-15 FECOMÉRCIO

CNPJ:07.599.206/0012-81

Endereço:Av. 136, Nº 1084, Qd. F47, Lt. 3/5/7, Sala 01 - Setor Marista - Goiânia-GO

Cep:74.180-040

Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-08 VARJÃO

CNPJ:07.599.206/0014-43
 Endereço:PC Moisés Franco, nº 39, Qd. 01, Lt. 03 - Centro - Varjão-GO
 Cep:75.355-000
 Telefone:(62) 3416-0000

PA-09 BELA VISTA

CNPJ:07.599.206/0007-14
 Endereço:Rua Coronel João Camilo, 678, Sala 01 - Setor Central - Bela Vista de Goiás-GO
 Cep:75.240-000
 Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-10 SMP4

CNPJ:07.599.206/0013-62
 Endereço:Av. Erico Josué Meireles, 735, Qd. 33, Lt. 02 - Centro - São Miguel do Passa Quatro-GO
 Cep:75.185-000
 Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-11 CRISTIANÓPOLIS

CNPJ:07.599.206/0011-09
 Endereço:Rua Barão do Rio Branco, nº 225/239 - Centro - Cristianópolis-GO
 Cep:75.230-000
 Telefone para contato:(62) 3416-0000

PA-14 VIANÓPOLIS

CNPJ:07.599.206/0008-03
 Endereço:Rua Eugênio Jardim, 670, Sala 01, Setor Central - Vianópolis-GO
 Cep:75.265-000
 Telefone para contato:(62) 3416-0000

e-mail:contato@secovicred.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Baiocchi Carneiro.....Presidente
 Ioav Blanche.....Vice-Presidente
 Flávio Roberto de Castro.....Conselheiro
 Gabriel Paes Fortes.....Conselheiro
 Ibraim de Almeida Coelho.....Conselheiro
 Ivan Hermano Filho.....Conselheiro
 Mardel Paranhos Carvalho.....Conselheiro
 Murillo Cortizo Vidal.....Conselheiro
 Paulo de Oliveira Lima.....Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Antônio Gomes da Silva Filho.....Diretor Superintendente
 Edmar Ferreira Perilo.....Diretor Operacional
 Hélio Silveira do Nascimento Junior.....Diretor de Risco

CONSELHO FISCAL

João Cláudio de Araújo.....Coordenador-Conselheiro Efetivo
 Jorge Nazaré Barbosa.....Conselheiro Efetivo
 Paulo Roberto de Souza.....Conselheiro Efetivo
 Carlos Augusto Costa Camarota.....Conselheiro Suplente
 Rodrigo Paullus Barreto Machado.....Conselheiro Suplente
 José Rodrigues de Bessa.....Conselheiro Suplente

POLÍTICA DA QUALIDADE

Oferecer serviços de cooperação financeira, de acordo com os requisitos do SICOOB Central e BANCOOB, buscando a melhoria contínua dos processos e atuando com:

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| S egurança dos serviços; | C liente satisfeito; |
| E xcelência nos serviços; | R esultados crescentes; |
| C apacitação das pessoas; | E xpansão do negócio; |
| O timização de processos; | D irecionamento estratégico. |
| V alorização da equipe; | |
| I novação nos serviços; | |

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

MISSÃO DO SICOOB SECOVICRED

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

VISÃO DO SICOOB SECOVICRED

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social dos cooperados e comunidade.

VALORES

Respeito e valorização das pessoas;
Excelência e eficiência;
Cooperativismo e sustentabilidade;
Ética e integridade;
Liderança inspiradora;
Inovação e simplicidade;
Solidez e segurança.

Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente

PLANO DE ATIVIDADE DA COOPERATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 (METAS)

Ativos Totais	R\$ 1.244.526.919
Operações de Crédito	R\$ 947.975.796
Depósitos Totais	R\$ 860.847.177
Patrimônio Líquido	R\$ 272.010.484
Sobras	R\$ 37.986.929
Associados (em nº)	21.200
Índice de Eficiência Padrão - IEP	48



PARCERIA DECISIVA COM O AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro não para de crescer e apresentar ótimos resultados, colocando o país no admirável posto de uma das potências mundiais do setor e grande produtor e exportador de produtos. Em Goiás, o setor vivencia um dos seus melhores momentos. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a agropecuária goiana concluiu 2021 com desempenho expressivo nos principais indicadores. A estimativa para o Valor Bruto de Produção (VBP) de Goiás é de R\$ 97,8 bilhões, número que mantém o Estado na sexta posição entre as unidades federativas, respondendo por 8,8% do VBP nacional. O resultado representa um crescimento de 15,2% em relação a 2020. Outro indicador do bom momento do agro em Goiás é o das exportações. Segundo o Ministério da Economia, de janeiro a novembro de 2021, Goiás atingiu US\$ 6,7 bilhões em vendas externas de produtos do agronegócio (Valor FOB). O resultado é 10,9% maior que o do mesmo período do ano passado.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Previdência mostram que, de janeiro a novembro de 2021, o setor agropecuário goiano registrou crescimento na quantidade de trabalhadores formais. Foram 38.849 admissões contra 32.093 desligamentos, o que resultou num saldo de 6.756 postos (criação de novos empregos formais no campo). Atualmente, a agropecuária goiana tem 106.322 trabalhadores registrados. No fim de 2020, eram 99.566.

A Sicoob Secovicred oferece ao produtor rural soluções para investir, custear e comercializar a produção agrícola. São linhas de crédito específicas que englobam diversos setores, culturas e finalidades. Seja com repasse, recursos próprios, do BNDES e até mesmo fundos constitucionais, a Sicoob Secovicred sempre encontra o melhor caminho para atender de forma eficiente o cooperado do setor rural, apoiando o agronegócio e contribuindo com o desenvolvimento agropecuário goiano.

Com a Sicoob Secovicred, o produtor rural se sente em casa. “A nossa intenção é contribuir cada vez mais para levar tecnologia ao campo, aumentando a rentabilidade dos nossos cooperados. Nós, da Sicoob Secovicred, estamos prontos e dispostos a ser a primeira instituição financeira do agronegócio em Goiás”, enfatiza o presidente da Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro.





**EVENTOS
APOIADOS**

 **SICOOB** 2021
Secovicred

BRANCO

UNIÃO POR UM FUTURO MELHOR

No dia 13 de maio de 2021, o prefeito de Goiânia, Rogério Cruz, o presidente da Fecomércio-GO e Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro, vereadores, secretários municipais, diretores, superintendentes e colaboradores da cooperativa estiveram presentes na solenidade de inauguração da revitalização do Centro de Educação Infantil Sou Feliz, unidade do Ministério Filantrópico Terra Fértil localizada no bairro Conjunto Cachoeira Dourada.

A revitalização contou com o apoio financeiro da Sicoob Secovicred no custeio da mão de obra, parte dos materiais de construção e incluiu a ampliação das salas de aula e playground, construção de novas salas, restauração do telhado, entre outras melhorias que representarão mais conforto, segurança e o aumento da capacidade de atendimento à comunidade. Na solenidade foi inaugurada também a sexta unidade da Sicoob Secovicred Kids, iniciativa da cooperativa para difundir e fortalecer os princípios e valores do cooperativismo junto ao público infanto-juvenil por meio da educação.

Crédito das fotos: Sílvia Simões



SICOOB SECOVICRED PROMOVE PALESTRAS DIRECIONADAS AO AGRONEGÓCIO

No dia 11 de junho de 2021, a Sicoob Secovicred promoveu a palestra ‘Produção de bezerras sob a técnica gemelar’. A palestra foi precedida por um almoço para os cooperados, oportunizando um momento de confraternização entre os participantes da ação de atualização e aperfeiçoamento, e contou com a presença dos maiores pecuaristas de Goiânia-GO.

Risco dos preços

Dando seguimento à série de eventos idealizados pela Sicoob Secovicred para atender os vários segmentos do agronegócio e contribuir para levar tecnologia ao campo, no dia 18 de agosto de 2021, na sede do SecoviGoiás, a Sicoob Secovicred promoveu a palestra “Como Administrar o Risco dos Preços Agropecuários”, com a CEO da AgriFatto e colunista da Forbes Lygia Pimentel, autora do livro Administre o Risco de Preços Pecuários: Um Guia Prático Para o Hedge de Sucesso, publicação que disponibiliza o passo a passo para que o pecuarista amplie o uso de tecnologias financeiras e mitigue o risco de preços.



Crédito das fotos: Silvio Simões

SECOVICRED NO DIA C

Em mais uma participação bem-sucedida na campanha Dia C - Dia de Cooperar, a Sicoob Secovicred superou as expectativas iniciais e arrecadou 200 cestas básicas, doadas à prefeitura de Bela Vista (GO) e à Mesa Brasil Sesc, rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício que busca contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza.

O DIA C nasceu em 2009, realizado pelo sistema OCEMG. O objetivo é desenvolver ações de responsabilidade social, colocando em prática os valores e princípios cooperativistas, por meio de ações voluntárias. Em 2021, o tema da campanha foi: A Fome Não Espera a Pandemia Passar!



14º ANIVERSÁRIO DO PARQUE FLAMBOYANT

No dia 20 de novembro, a Sicoob Secovicred apoiou e participou das festividades do 14º aniversário do Parque Flamboyant e 1ª Feira das Mães Empreendedoras. A cooperativa esteve presente com um estande de divulgação de produtos e serviços.

A comemoração contou com atrações musicais e culturais, Sessão Especial da Câmara Municipal de Goiânia e feira de comercialização dos mais variados produtos, evidenciando a importância que o Parque Flamboyant, inaugurado em setembro de 2007 pelo então Prefeito Iris Rezende, tem para o meio ambiente e o turismo da capital.



INAUGURAÇÃO DA UNIDADE NOVA SUÍÇA

Um café da manhã informal, realizado no dia 19 de abril de 2021, marcou a comemoração de mais uma conquista da Sicoob Secovicred: a inauguração da unidade Nova Suíça. Localizado na Praça Nova Suíça, nº 163, um endereço estratégico e de fácil acesso, o novo Ponto de Atendimento (P.A.) ocupa um espaço amplo, moderno, seguro e confortável, garantindo maior produtividade à equipe de colaboradores e um atendimento ainda melhor aos cooperados. O novo P.A. substituiu o P.A. da Rua 144, Setor Marista.

O presidente da Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro, recordou os primeiros passos, a trajetória vencedora da cooperativa e comemorou a mais nova conquista. “É mais um importante sonho realizado”, resumiu. O vice-presidente da cooperativa, Ioav Blanche, concordou e acrescentou: “Estamos cada vez mais afinados e afiados”.

Diretora de Administração do Sicoob Goiás Central, Edina Francisca Fileti não economizou elogios à trajetória da Sicoob Secovicred. “Desde o início percebemos o planejamento sério e a postura arrojada dos dirigentes da Secovicred. Uma cooperativa eficiente e empreendedora como essa é motivo de alegria para todo o Sistema Sicoob”, enfatizou.

Em nome da diretoria, o Diretor Executivo da cooperativa, Antônio Gomes da Silva Filho, finalizou agradecendo a toda a equipe Sicoob Secovicred envolvida na edificação do novo P.A. “Vocês estão de parabéns pela dedicação e eficiência”.



Crédito das fotos: Silvio Simões

PREMIAÇÃO NACIONAL

No dia 20 de agosto de 2021, a equipe Sicoob Secovicred se reuniu, no auditório do SecoviGoiás, para comemorar a conquista do Cisne de Ouro 2020, o mais importante prêmio nacional do cooperativismo de crédito, na categoria Produto Cobrança Valor Nominal. Esse é o segundo Cisne de Ouro da Sicoob Secovicred. Em 2018, a cooperativa conquistou a premiação na categoria Liquidação de Boletos.

O Cisne de Ouro tem por objetivo valorizar o cooperativismo, reconhecer o impacto positivo e a capacidade de gerar valor, mudanças, prosperidade e consciência financeira no País. “É um extraordinário reconhecimento ao nosso trabalho, à força e capacidade de nossa cooperativa”, comemorou o presidente da Sicoob Secovicred, Marcelo Baiocchi Carneiro.



Crédito das fotos: Silvio Simões



VISITA TÉCNICA

No dia 26 de outubro de 2021, comitiva de empresários liderada pelo Presidente da Fecomércio-MT, José Wenceslau de Souza Júnior, visitaram a Unidade Administrativa Desmembrada (UAD) da Sicoob Secovicred para conhecer detalhes da história, funcionamento e avanços da cooperativa.

Recebidos pelo presidente Marcelo Baiocchi Carneiro e diretores da cooperativa, os visitantes ficaram impressionados com o crescimento experimentado pela Sicoob Secovicred desde a sua fundação.

Foto: Silvio Simões



CONFRATERNIZAÇÃO E UNIÃO

Comemorando os ótimos resultados alcançados em 2021 e reforçando os laços de amizade e boa convivência profissional, no dia 4 de dezembro, a equipe Sicoob Secovicred se reuniu, no Espaço Estoril Eventos, para uma festa de confraternização.

Com muitas brincadeiras e a sensação de missão cumprida em mais um ano de trabalho, conquistas e avanços, o evento evidenciou uma das principais marcas da equipe Sicoob Secovicred: a união.

Foto: Silvio Simões



 **SICOOB** 2021
Secovicred



**PRESTAÇÃO
DE CONTAS**

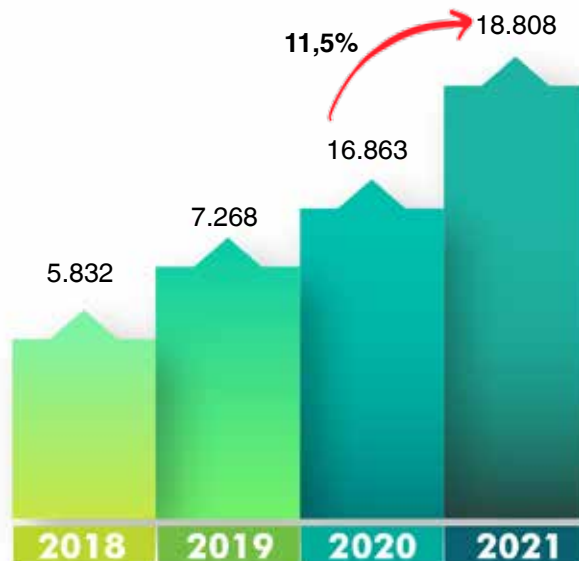


BRANCO

EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Em 2021 tivemos um crescimento de 11,5% em relação ao ano de 2020.

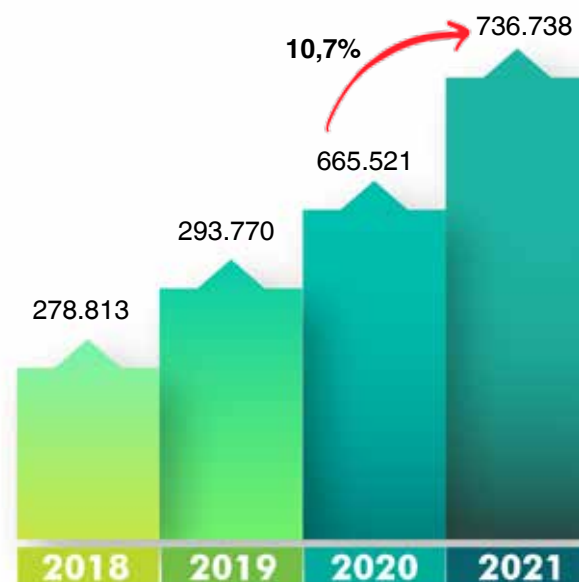
NÚMERO DE COOPERADOS



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos do Sicoob Secovicred, captados na forma de depósitos à vista e a prazo apresentaram, em 2021, evolução de 10,7% em relação ao ano de 2020.

TOTAL DE DEPÓSITOS - (MR\$)



APLICAÇÃO DE RECURSOS / CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

Os ativos financeiros aplicados junto ao Sicoob Goiás Central atingiram ao final do exercício de 2021 uma redução de 20,95% em relação ao exercício de 2020.

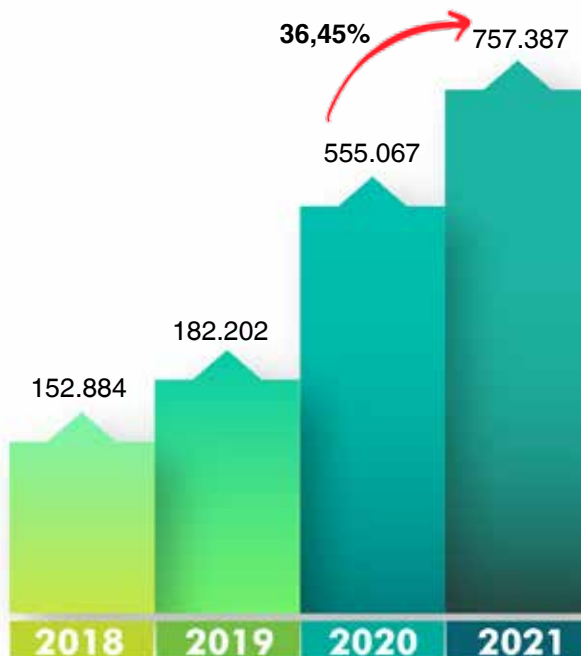
APLICAÇÕES NA CENTRAL - (MR\$)



EMPRÉSTIMOS

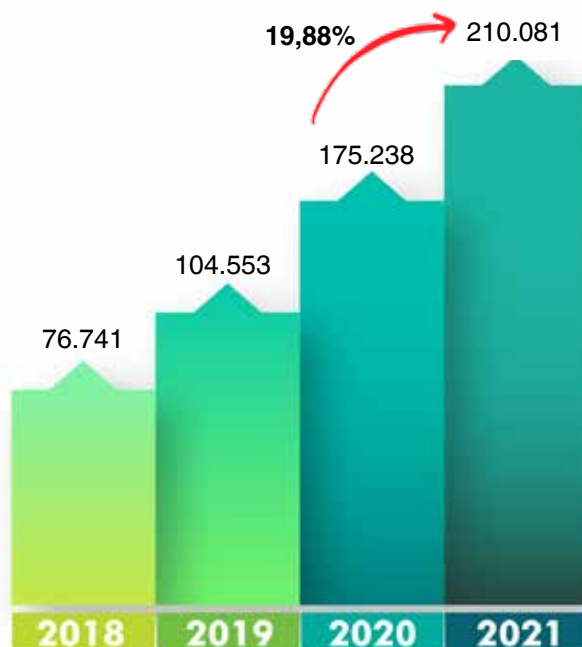
O saldo dos empréstimos realizados junto aos cooperados em 31/12/2021 demonstrou um crescimento de 36,45% em relação ao saldo de 31/12/2020.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - (MR\$)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MR\$)

Patrimônio líquido apresentou, ao final do exercício de 2021, crescimento de 19,88%, em relação ao saldo do exercício de 2020.

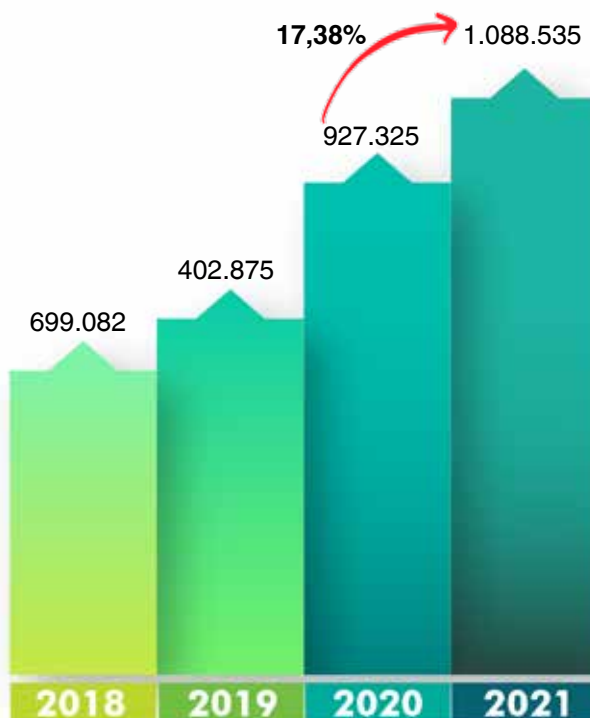


COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2022 R\$ 210.081.462,31

COMPOSIÇÃO PL		
CAPITAL SOCIAL	171.881.328,96	81,81%
FUNDO DE RESERVA	36.061.452,64	17,17%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.138.680,71	1,02%
TOTAL	210.081.462,31	100%

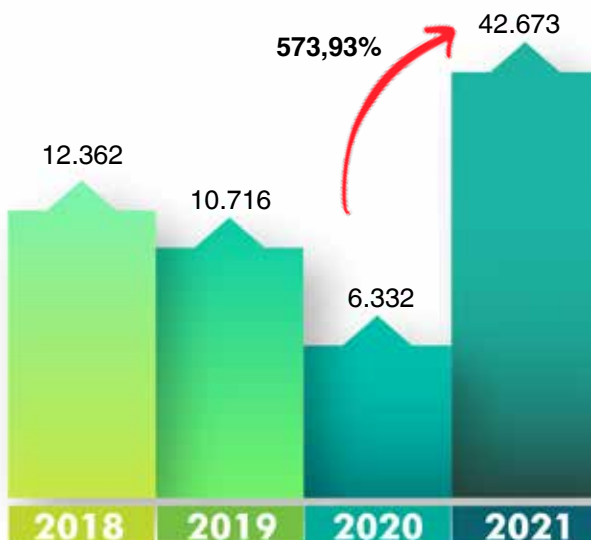
ATIVOS TOTAIS (MR\$)

Em 2021 o Sicoob Secovicred ultrapassou a cifra de R\$ 1.08 bilhão de ativos totais. Em 2021 o crescimento em relação a 2020 foi de 17,38%.



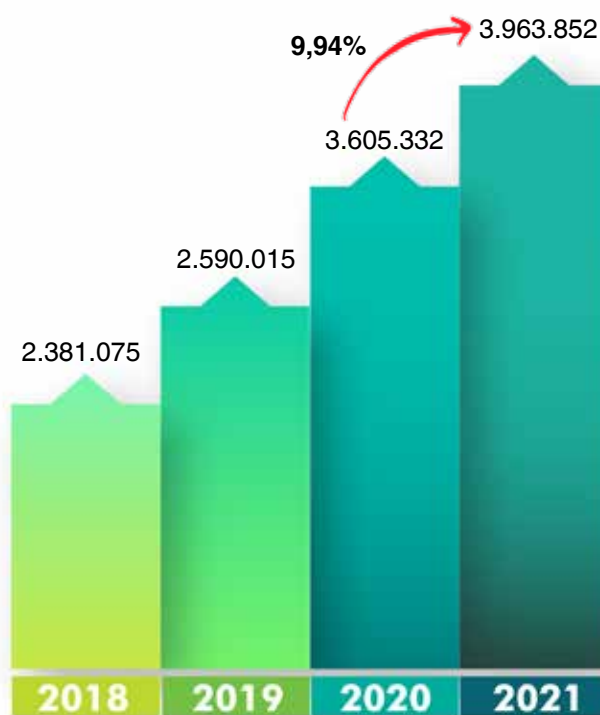
SOBRAS ANTES DA REMUNERAÇÃO AO CAPITAL (MR\$)

As sobras alcançaram R\$ 42.673.281,05, representando um crescimento de 573,93% em relação a 2020.

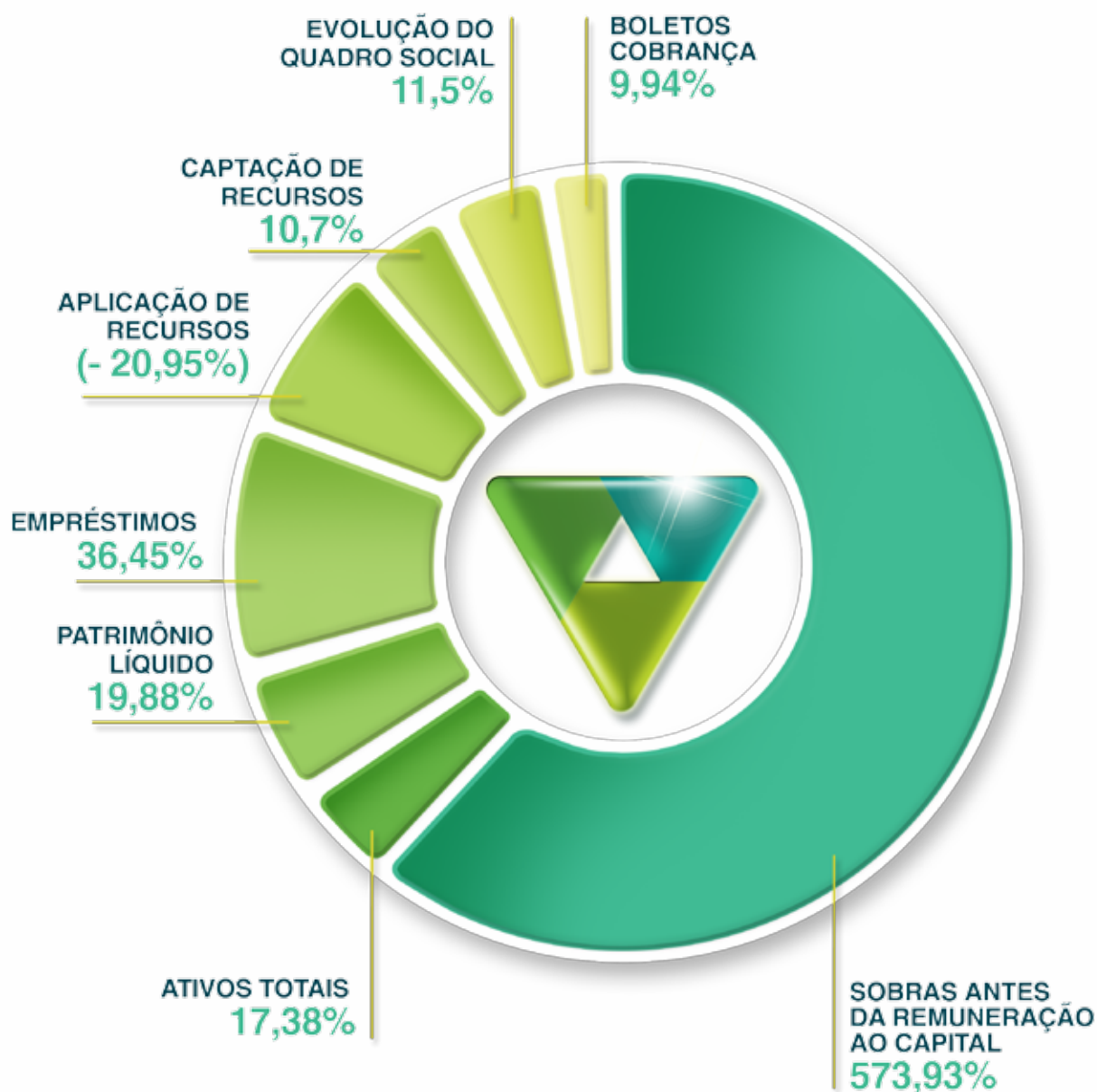


BOLETOS DE COBRANÇA

Essencial forma de captação de recursos para a Cooperativa, apresentou evolução de 9,94% em relação ao ano de 2020 na quantidade de boletos processados. A Sicoob Secovicred é a primeira em liquidação de boletos de cobrança na rede Sicoob Goiás Central.



RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



SICOOB 2021
Secovicred



BRANCO

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

VALORES EM UNIDADE DE REAL (R\$)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		1.088.535.062,78	927.329.905,23
DISPONIBILIDADES	4.a	8.246.344,38	14.756.698,97
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.063.409.936,99	908.940.103,53
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.c	34.626.683,70	13.914.923,14
Relações Interfinanceiras	4.b	267.358.871,45	338.212.064,64
Centralização Financeira		267.358.871,45	338.212.064,64
Operações de Crédito	5	747.805.663,80	548.289.895,88
Outros Ativos Financeiros	6	13.618.718,04	8.523.219,87
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS		(57.522.677,11)	(71.022.310,03)
(-) Operações de Crédito	5	(55.495.211,96)	(69.991.575,16)
(-) Outras	6.1	(2.027.465,15)	(1.030.734,87)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	1.887.496,27	1.365.056,03
OUTROS ATIVOS	8	30.837.953,59	38.464.932,62
INVESTIMENTOS	9	34.437.978,93	27.031.957,63
IMOBILIZADO DE USO	10	11.921.816,04	12.415.771,45
INTANGÍVEL	11	1.087.682,07	1.063.783,68
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(5.771.468,38)	(5.686.088,65)
TOTAL DO ATIVO		1.088.535.062,78	927.329.905,23
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.088.535.062,78	927.329.905,23
DEPÓSITOS	12	736.738.959,67	665.521.143,58
Depósitos à Vista		303.468.629,75	312.069.381,53
Depósitos Sob Aviso		-	768,25
Depósitos à Prazo		433.270.329,92	353.450.993,80
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		125.449.094,89	75.665.938,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	22.707.183,19	17.791.549,48
Relações Interfinanceiras	14.a	98.417.782,92	50.258.048,57
Repasse Interfinanceiros		98.417.782,92	50.258.048,57
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.b	72.019,43	48.449,08
Outros Passivos Financeiros	15	4.252.109,35	7.567.891,82
PROVISÕES	17	2.139.857,10	2.620.676,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	1.195.474,33	875.575,42
OUTROS PASSIVOS	19	12.930.214,48	7.408.421,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		210.081.462,31	175.238.149,56
CAPITAL SOCIAL	20.a	171.881.328,96	168.414.899,11
RESERVAS DE SOBRAS	20.b	36.061.452,64	14.564.362,13
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.d	2.138.680,71	(7.741.111,68)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.088.535.062,78	927.329.905,23

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio Gomes da Silva Filho
CPF.: 375.110.841-68
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)**

	No	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	22	67.404.218,57	107.441.692,36	70.111.788,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	56.523.126,80	91.641.690,58	63.077.089,32
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.c	9.881.955,75	14.639.556,40	6.514.073,33
Resultado das Aplicações Compulsórias		999.136,02	1.160.445,38	478.278,19
		-	-	42.347,73
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Captação no Mercado	23	(30.081.411,95)	(44.011.963,67)	(38.196.926,07)
Operações de Empréstimos e Repasses		(14.682.435,78)	(20.352.192,68)	(8.155.449,10)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.520.910,43)	(3.891.546,11)	(2.558.087,63)
		(12.878.065,74)	(19.768.224,88)	(27.483.389,34)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
		37.322.806,62	63.429.728,69	31.914.862,50
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	(10.289.366,66)	(20.561.688,76)	(16.238.705,40)
Rendas de Tarifas	25	9.231.309,00	17.792.339,09	13.820.955,10
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	4.003.250,58	7.677.944,06	6.990.395,92
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(11.936.631,11)	(22.648.020,58)	(16.290.622,74)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(13.392.592,35)	(25.845.224,74)	(21.515.312,96)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	(631.309,30)	(1.182.814,53)	(768.663,18)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	3.433.783,70	7.341.388,26	4.640.629,57
		(997.177,18)	(3.697.300,32)	(3.116.087,11)
PROVISÕES				
Provisões/Reversões para Contingências	30	168.662,28	174.074,44	495.180,85
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		175.524,01	348.898,73	3.250,00
		(6.861,73)	(174.824,29)	491.930,85
RESULTADO OPERACIONAL				
		27.202.102,24	43.042.114,37	16.171.337,95
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS				
Lucros em Transações com Valores e Bens	31	(783.969,56)	(368.833,32)	(9.541.449,12)
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		12.380,68	128.665,78	658.691,02
Ganhos de Capital		(24.060,00)	(94.060,00)	(144.631,60)
Reversão de Provisões Não Operacionais		104.632,36	160.072,76	115.542,84
Outras Rendas Não Operacionais		4.381.484,34	4.534.213,38	82.823,60
(-) Perdas de Capital		351.801,84	575.676,95	422.964,17
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(583.127,99)	(646.321,40)	(1.005.077,26)
		(5.027.080,79)	(5.027.080,79)	(9.671.761,89)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
		26.418.132,68	42.673.281,05	6.629.888,83
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		1.056.193,52	-	(268.792,70)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		655.620,95	-	(164.995,44)
		400.572,57	-	(103.797,26)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL				
		27.474.326,20	42.673.281,05	6.361.096,13
JUROS AO CAPITAL				
	21	(7.349.388,23)	(7.349.388,23)	(3.721.313,91)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES				
		20.124.937,97	35.323.892,82	2.639.782,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio Gomes da Silva Filho
CPF.: 375.110.841-68
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021

VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		89.449.313,96	-1.298.529,40	12.716.453,85	1.842.761,58	1.842.761,58	104.552.761,57
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	0	0,00	0,00	(2.701.678,02)	(2.701.678,02)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		3.668.388,82	0	0	(1.842.761,58)	(1.842.761,58)	(17.134,34)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		21.342.133,98	88.021,94	0	0,00	0,00	21.430.155,92
Por Devolução (-)		-23.385.300,73	0,00	0,00	0,00	0,00	(23.385.300,73)
Estorno de Capital		-300	0,00	0,00	0,00	0,00	(300,00)
Reversões de Fundos		0	0,00	0,00	0,00	731.708,96	731.708,96
Sobras ou Perdas do Período		0	0,00	0,00	0,00	6.361.096,13	6.361.096,13
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0,00	0,00	0,00	(3.721.313,91)	(3.721.313,91)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		3.630.438,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3.630.438,92
Movimentações por Incorporações		74.920.731,62	0,00	60,72	0,00	(6.299.099,06)	68.621.693,28
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0	0,00	1.319.891,12	0,00	(1.319.891,12)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0	0,00	0,00	527.956,44	(527.956,44)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0	0,00	0,00	0,00	(263.978,22)	(263.978,22)
Saldos em 31/12/2020		169.625.406,57	(1.210.507,46)	14.036.405,69	527.956,44	(7.741.111,68)	175.238.149,56
Saldos em 31/12/2020		169.625.406,57	(1.210.507,46)	14.036.405,69	527.956,44	(7.741.111,68)	175.238.149,56
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		1.781.458,57	0,00	0,00	(527.956,44)	(1.259.665,40)	(6.163,27)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		12.850.672,34	(663.542,57)	0,00	0,00	0,00	12.187.129,77
Por Devolução (-)		(17.604.229,67)	0,00	0,00	0,00	0,00	(17.604.229,67)
Estorno de Capital		(10,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10,00)
Reversões de Reservas		0,00	0,00	(2.701.678,02)	0,00	2.701.678,02	0,00
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	641.934,01	641.934,01
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	42.673.281,05	42.673.281,05
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(7.349.388,23)	(7.349.388,23)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.102.081,18	0,00	0,00	0,00	0,00	7.102.081,18
Movimentações por Incorporações	20.e	0,00	0,00	0,00	0,00	731.067,20	731.067,20
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	17.661.946,41	0,00	(17.661.946,41)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	7.064.778,56	(7.064.778,56)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.532.389,29)	(3.532.389,29)
Saldos em 31/12/2021		173.755.378,99	(1.874.050,03)	28.996.674,08	7.064.778,56	2.138.680,71	210.081.462,31
Saldos em 30/06/2021		167.558.237,39	(1.467.413,93)	11.334.727,67	0,00	8.894.257,68	186.319.808,81
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		5.837.195,32	(406.636,10)	0,00	0,00	0,00	5.430.559,22
Por Devolução (-)		(6.742.124,90)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.742.124,90)
Estorno de Capital		(10,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10,00)
Reversões de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	641.934,01	641.934,01
Sobras ou Perdas do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	27.474.326,20	27.474.326,20
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(7.349.388,23)	(7.349.388,23)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.102.081,18	0,00	0,00	0,00	0,00	7.102.081,18
Movimentações por Incorporações	20.e	0,00	0,00	0,00	0,00	736.665,31	736.665,31
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		0,00	0,00	17.661.946,41	0,00	(17.661.946,41)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	7.064.778,56	(7.064.778,56)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	(3.532.389,29)	(3.532.389,29)
Saldos em 31/12/2021		173.755.378,99	(1.874.050,03)	28.996.674,08	7.064.778,56	2.138.680,71	210.081.462,31

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio Gomes da Silva Filho
CPF.: 375.110.841-68
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021

VALORES EM UNIDADES EM REAL (R\$)

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Ajuste de Exercícios Anteriores	26.418.132,68	42.673.281,05	6.629.888,83
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-	(2.701.678,02)
Distribuição de Sobras e Dividendos	(1.218.494,45)	(1.218.494,45)	(574.112,48)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-	(1.635.087,04)	(1.058.141,95)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	12.878.065,74	19.768.224,88	27.483.389,34
Provisões/Reversões Não Operacionais	6.861,73	174.824,29	(491.930,85)
Provisões/Reversões para Contingências	645.596,45	492.867,41	9.588.938,29
Depreciações e Amortizações	(175.524,01)	(348.898,73)	(3.250,00)
Depreciações e Amortizações	590.979,18	1.185.581,86	1.031.814,77
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	39.145.617,32	61.092.299,27	39.904.917,93
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(20.021.558,20)	(20.711.760,56)	(13.914.923,14)
Operações de Crédito	(192.302.112,68)	(231.149.387,83)	(340.923.285,21)
Outros Ativos Financeiros	(3.667.655,11)	(6.729.736,06)	(5.915.493,23)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(584.115,48)	(522.440,24)	(1.295.715,85)
Outros Ativos	3.401.680,15	7.134.111,62	(34.739.166,61)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	(37.005.055,89)	(8.600.751,78)	202.336.343,00
Depósitos sob Aviso	(777,86)	(768,25)	(2.755,12)
Depósitos à Prazo	10.231.595,21	79.819.336,12	169.418.003,35
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	485.723,59	4.915.633,71	17.791.549,48
Relações Interfinanceiras	53.724.593,31	48.159.734,35	50.258.048,57
Obrigações por Empréstimos e Repasses	22.787,41	23.570,35	22.971,92
Outros Passivos Financeiros	3.158.800,73	(3.315.782,47)	7.333.214,91
Provisões	(656.443,49)	(306.744,76)	2.701.922,10
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	238.911,07	319.898,91	252.757,11
Outros Passivos	(7.185.459,07)	(1.827.595,17)	430.522,73
FATES - Atos Cooperativos	(3.532.389,29)	(3.532.389,29)	(263.978,22)
Imposto de Renda	655.620,95	-	(164.995,44)
Contribuição Social	400.572,57	-	(103.797,26)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(153.489.664,76)	(75.232.772,08)	93.126.141,02
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos	-	120.171,62	332.174,37
Distribuição de Sobras da Central	-	1.514.915,42	725.967,58
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.218.494,45	1.218.494,45	574.112,48
Aquisição de Intangível	(6.630,24)	(49.831,84)	(418.241,33)
Aquisição de Imobilizado de Uso	138.502,85	(580.313,27)	(3.882.984,83)
Aquisição de Investimentos	(1.849.874,19)	(7.406.021,30)	(12.574.397,08)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(499.507,13)	(5.182.584,92)	(15.243.368,81)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	5.430.559,22	12.187.129,77	21.430.155,92
Devolução de Capital à Cooperados	(6.742.124,90)	(17.604.229,67)	(23.385.300,73)
Estorno de Capital	(10,00)	(10,00)	(300,00)
Distribuição de sobras para associados	-	(6.163,27)	(17.134,34)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	7.102.081,18	7.102.081,18	3.630.438,92
Aumento no capital por incorporações	-	-	74.920.731,62
Aumento nas reservas por incorporações	-	-	60,72
Sobras/Perdas por incorporações	736.665,31	731.067,20	(6.299.099,06)
Reversões de Fundos	641.934,01	641.934,01	731.708,96
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	7.169.104,82	3.051.809,22	71.011.262,01
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(146.820.067,07)	(77.363.547,78)	148.894.034,22
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	422.425.282,90	352.968.763,61	204.074.729,39
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	275.605.215,83	275.605.215,83	352.968.763,61
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(146.820.067,07)	(77.363.547,78)	148.894.034,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

VALORES EM UNIDADES EM REAL (R\$)

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO	27.474.326,20	42.673.281,05	6.361.096,13
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	27.474.326,20	42.673.281,05	6.361.096,13

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio Gomes da Silva Filho
CPF.: 375.110.841-68
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM REAIS)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA LTDA - SICOOB SECOVICRED é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/09/2005**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - **SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SECOVICRED**, sediado à **AVENIDA D, Nº S/N, SETOR OESTE, GOIÂNIA - GO**, possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GOIÂNIA - GO, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, VARJÃO - GO, BELA VISTA DE GOIÁS - GO, SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO - GO, CRISTIANÓPOLIS - GO, VIANÓPOLIS - GO.**

O **SICOOB SECOVICRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 28/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriadas referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos - *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	8.246.344,38	14.756.698,97
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	267.358.871,45	338.212.064,64
Aplicações interfinanceiras de liquidez (c)	34.626.683,70	13.914.923,14
TOTAL	310.231.899,53	366.883.686,75

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria terminal de autoatendimento) no valor de R\$ 2.008.414,14 (dois milhões, oito mil, quatrocentos e quatorze reais e quatorze centavos) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito e em poder da transportadora) no valor de R\$ 6.237.930,24 (seis milhões, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	9.881.955,75	14.639.556,40	6.514.073,33

(c) Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	999.136,02	1.160.445,38	478.278,19

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	268.210.484,16	293.317.798,34	561.528.282,50	200.876.794,08	256.437.681,89	457.314.475,97
Financiamentos	7.626.958,21	18.093.887,86	25.720.846,07	2.329.192,93	4.497.819,22	6.827.012,15
Financiamentos Rurais	61.149.176,05	99.407.359,18	160.556.535,23	50.201.258,26	33.947.149,50	84.148.407,76
Total de Operações de Crédito	336.986.618,42	410.819.045,38	747.805.663,80	253.407.245,27	294.882.650,61	548.289.895,88
(-) Provisões para Operações de Crédito	(24.967.578,52)	(30.527.633,44)	(55.495.211,96)	(30.145.445,75)	(39.846.129,41)	(69.991.575,16)
TOTAL	312.019.039,90	380.291.411,94	692.310.451,84	223.261.799,52	255.036.521,20	478.298.320,72

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	52.508.917,62	1.471.232,34	66.679.605,17	120.659.755,13		58.149.611,16	
A 0,5% Normal	171.619.793,10	3.945.449,25	46.451.058,12	222.016.300,47	(1.110.081,50)	176.433.743,13	(882.168,72)
B 1% Normal	122.078.049,12	9.062.493,08	35.175.916,08	166.316.458,28	(1.663.164,58)	103.461.573,61	(1.034.615,74)
B 1% Vencidas	1.048.682,89	0,00	0,00	1.048.682,89	(10.486,83)	862.908,96	(8.629,09)
C 3% Normal	135.609.292,53	9.282.206,82	8.785.146,91	153.676.646,26	(4.610.299,39)	102.226.129,93	(3.066.783,90)
C 3% Vencidas	4.067.412,57	14.942,62	0,00	4.082.355,19	(122.470,66)	3.515.057,39	(105.451,72)
D 10% Normal	16.776.470,61	983.154,81	1.872.303,98	19.631.929,40	(1.963.192,94)	22.319.429,80	(2.231.942,98)
D 10% Vencidas	4.358.826,88	68.634,17	0,00	4.427.461,05	(442.746,11)	5.842.622,85	(584.262,29)
E 30% Normal	7.881.348,81	101.485,37	320.292,20	8.303.126,38	(2.490.937,91)	6.547.332,77	(1.964.199,83)
E 30% Vencidas	3.023.320,53	52.662,50	230.841,52	3.306.824,55	(992.047,37)	5.309.067,56	(1.592.720,27)
F 50% Normal	1.071.750,26	0,00	0,00	1.071.750,26	(535.875,13)	2.183.621,75	(1.091.810,88)
F 50% Vencidas	1.977.326,61	128.869,41	0,00	2.106.196,02	(1.053.098,01)	5.389.210,03	(2.694.605,02)
G 70% Normal	615.216,39	0,00	0,00	615.216,39	(430.651,47)	812.131,99	(568.492,39)
G 70% Vencidas	1.521.658,60	54.353,24	0,00	1.576.011,84	(1.103.210,37)	3.571.880,10	(2.500.317,48)
H 100% Normal	19.079.601,56	0,00	0,00	19.079.601,56	(19.079.601,56)	22.237.946,47	(22.237.946,47)
H 100% Vencidas	18.290.614,42	555.362,46	1.041.371,25	19.887.348,13	(19.887.348,13)	29.427.628,38	(29.427.628,38)
Total Normal	527.240.440,00	24.846.021,67	159.284.322,46	711.370.784,13	(31.883.804,48)	494.371.520,61	(33.077.960,91)
Total Vencidos	34.287.842,50	874.824,40	1.272.212,77	36.434.879,67	(23.611.407,48)	53.918.375,27	(36.913.614,25)
Total Geral	561.528.282,50	25.720.846,07	160.556.535,23	747.805.663,80	(55.495.211,96)	548.289.895,88	(69.991.575,16)
Provisões	(52.055.166,90)	(1.198.534,38)	(2.241.510,68)	(55.495.211,96)		(69.991.575,16)	
Total Líquido	509.473.115,60	24.522.311,69	158.315.024,55	692.310.451,84		478.298.320,72	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	149.072.455,50	119.138.028,66	293.317.798,34	561.528.282,50
Financiamentos	2.011.176,41	5.615.781,80	18.093.887,86	25.720.846,07
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.846.572,73	54.302.603,32	99.407.359,18	160.556.535,23
TOTAL	157.930.204,64	179.056.413,78	410.819.045,38	747.805.663,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	17.873.914,70	198.262,85	0,00	18.072.177,55	2,42%
Sector Privado - Indústria	1.174.476,40	0,00	0,00	1.174.476,40	0,16%
Sector Privado - Serviços	366.972.899,56	17.579.458,55	18.807.651,58	403.360.009,69	53,94%
Pessoa Física	169.915.891,72	7.151.679,88	141.748.883,65	318.816.455,25	42,63%
Outros	5.591.100,12	791.444,79	0,00	6.382.544,91	0,85%
TOTAL	561.528.282,50	25.720.846,07	160.556.535,23	747.805.663,80	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(69.991.575,16)	(16.038.061,41)
Constituições/Reversões no período	(18.919.059,74)	(76.950.398,57)
Transferência para prejuízo no período	33.415.422,94	22.996.884,82
Saldo Final	(55.495.211,96)	(69.991.575,16)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	20.988.347,62	2,77%	22.539.481,98	4,05%
10 Maiores Devedores	116.039.297,57	15,34%	82.996.675,14	14,90%
50 Maiores Devedores	278.333.693,21	36,79%	185.746.700,17	33,36%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	52.728.990,00	8.106.399,08
Valor das operações transferidas no período	33.415.422,94	22.996.884,82
Saldo prejuízo incorporada	0,00	287.868,72
Valor das operações recuperadas no período	(14.219.416,34)	(7.161.166,58)
TOTAL	71.924.996,60	52.728.990,00

h) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2021** o saldo das operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de 146.811.943,45 (Cento e quarenta seis milhões, oitocentos e onze mil, novecentos e quarenta três reais e quarenta cinco centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	2.541.845,57	0,00	1.291.123,96	0,00
Rendas a Receber (b)	2.996.528,71	0,00	664.448,08	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	1.006.305,98	6.033.370,80	626.751,51	4.859.254,22
Títulos e Créditos a Receber (d)	975.957,11	0,00	1.016.932,23	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	64.709,87	0,00	64.709,87
TOTAL	7.520.637,37	6.098.080,67	3.599.255,78	4.923.964,09

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 363.187,38), Rendas de Cartões (R\$ 468.137,34) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 2.094.968,23) e outros (R\$ 70.235,76);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 336.932,11) e outros (R\$ 639.025,00);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Cofins (R\$ 64.709,87).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.966.793,96)	0,00	(968.211,91)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(10.900,38)	(49.770,81)	(7.595,16)	(54.927,80)
TOTAL	(1.977.694,34)	(49.770,81)	(975.807,07)	(54.927,80)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A 0,50% Normal	0,00	5.820.480,11	5.820.480,11	(29.102,40)	0,00	0,00
B 1% Normal	0,00	250.355,19	250.355,19	(2.503,55)	5.311.532,53	(53.115,33)
C 3% Normal	0,00	968.841,48	968.841,48	(29.065,24)	114.852,70	(3.445,58)
D 10% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	59.620,50	(5.962,05)
E 30% Normal	180.167,29	0,00	180.167,29	(54.050,19)	63.202,73	(18.960,82)
E 30% Vencidas	385.583,49	0,00	385.583,49	(115.675,05)	288.487,53	(86.546,26)
F 50% Normal	7.713,41	0,00	7.713,41	(3.856,71)	10.768,69	(5.384,35)
F 50% Vencidas	198.517,16	0,00	198.517,16	(99.258,58)	90.311,41	(45.155,71)
G 70% Normal	66.711,68	0,00	66.711,68	(46.698,18)	0,00	-0,00
G 70% Vencidas	186.324,59	0,00	186.324,59	(130.427,30)	87.296,28	(61.107,45)
H 100% Normal	9.088,88	0,00	9.088,88	(9.088,88)	25.993,44	(25.993,44)
H 100% Vencidas	1.507.739,07	0,00	1.507.739,07	(1.507.739,07)	725.063,88	(725.063,88)
Total Normal	263.681,26	7.039.676,78	7.303.358,04	(174.365,15)	5.585.970,59	(112.861,57)
Total Vencidos	2.278.164,31	0,00	2.278.164,31	(1.853.100,00)	1.191.159,10	(917.873,30)
Total Geral	2.541.845,57	7.039.676,78	9.581.522,35	(2.027.465,15)	6.777.129,69	(1.030.734,87)
Provisões	(1.966.793,96)	(60.671,19)	(2.027.465,15)		(1.030.734,87)	
Total Líquido	2.541.845,57	6.979.005,59	7.554.057,20		5.746.394,82	

7. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	1.887.496,27	1.365.056,03
TOTAL	1.887.496,27	1.365.056,03

8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	64.402,79	61.585,59
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	106.240,33	201.916,36
Devedores Diversos – País (a)	1.671.192,59	1.981.699,15
Bens não de uso Próprio (b)	0,00	49.021.202,89
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens (c)	0,00	(13.107.226,56)
Material em Estoque	11.392,00	10.510,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos	41.718.014,09	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.(c)	(12.855.708,37)	0,00
Despesas Antecipadas (d)	122.420,16	295.245,19
TOTAL	30.837.953,59	38.464.932,62

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar - **BANCO SICOOB** (R\$ 422.540,53) e outros (R\$ 1.248.652,06);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(d) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	29.574.072,92	22.208.333,31
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	4.839.046,01	4.801.414,32
Outros Investimentos	24.860,00	22.210,00
TOTAL	34.437.978,93	27.031.957,63

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB**.

10. IMOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	3.964.545,48	3.964.545,48
Instalações	10%	2.024.297,26	31.006,29
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.281.030,17	3.996.581,21
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.084.741,20	2.373.412,16
Sistema de Segurança	10%	202.818,07	218.977,54
Sistema de Transporte	20%	316.400,00	263.026,15
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		47.983,86	1.568.222,62
Total de Imobilizado de Uso		11.921.816,04	12.415.771,45
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(739.150,33)	(580.568,41)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(843.163,20)	(34.181,06)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.244.911,78)	(3.573.765,38)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(111.820,90)	(103.001,82)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.057,52)	(625.858,63)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(4.941.103,73)	(4.917.375,30)
TOTAL		6.980.712,31	7.498.396,15

11. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	528.687,82	485.567,02
Sistemas De Comunicação E De Segurança	151.408,65	130.248,92
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	407.585,60	447.967,74
Total de Intangível	1.087.682,07	1.063.783,68
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(830.364,65)	(768.713,35)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(830.364,65)	(768.713,35)
TOTAL	257.317,42	295.070,33

12. DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à Vista (a)	303.468.629,75	312.069.381,53
Depósito Sob Aviso (b)	0,00	768,25
Depósito a Prazo (b)	433.270.329,92	353.450.993,80
TOTAL	736.738.959,67	665.521.143,58

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	14.666.339,33	1,94%	19.604.895,36	2,93%
10 Maiores Depositantes	92.626.225,21	12,25%	108.648.755,34	16,22%
50 Maiores Depositantes	218.787.999,46	28,94%	199.305.374,11	29,76%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(2,04)	(11,65)	(38,07)
Despesas de Depósitos a Prazo	(12.338.272,33)	(17.049.207,14)	(7.026.777,08)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(663.230,95)	(921.714,93)	(354.225,47)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.680.930,46)	(2.381.258,96)	(774.408,48)
TOTAL	(14.682.435,78)	(20.352.192,68)	(8.155.449,10)

13. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio - LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário - LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme (Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas: (se aplicável)

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	22.500.897,73	206.285,46	17.569.581,89	221.967,59
TOTAL	22.500.897,73	206.285,46	17.569.581,89	221.967,59

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 23 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. REPASSES INTERFINANCEIROS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	39.048.651,80	72.336.041,49	34.362.548,16	18.846.793,49
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(2.211.674,61)	(10.755.235,76)	(1.195.027,96)	(1.756.265,12)
TOTAL	36.836.977,19	61.580.805,73	33.167.520,20	17.090.528,37

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021	31/12/2020
Repasses do País - Instituições Oficiais	72.019,43	48.449,08
TOTAL	72.019,43	48.449,08

15. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	3.685.227,25	7.499.384,54
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	123.570,83	63.842,94
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	443.311,27	4.664,34
TOTAL	4.252.109,35	7.567.891,82

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores de cobrança de terceiros em trânsitos (R\$ 491.319,24) e ordem de pagamentos (R\$ 3.193.908,01);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R\$ 438.166,11), e Operações com Títulos e Valores Mobiliários - IOF (R\$ 5.145,16).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O **SICOOB SECOVICRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PROVISÕES

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.466.694,06	608.453,17	1.271.608,66	628.714,28
Provisão Para Contingências (b)	0,00	64.709,87	720.353,36	0,00
TOTAL	1.466.694,06	673.163,04	1.991.962,02	628.714,28

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos operados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	59.830.919,23	34.638.004,99
TOTAL	59.830.919,23	34.638.004,99

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	64.709,87	64.709,87	64.709,87	64.709,87
Outras Contingências	0,00	0,00	655.643,49	0,00
TOTAL	64.709,87	64.709,87	720.353,36	64.709,87

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SECOVICRED**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 216.536,07. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	36.566,21	42.880,11
Impostos e Contribuições sobre Salários	824.767,07	656.113,29
Outros	334.141,05	176.582,02
TOTAL	1.195.474,33	875.575,42

19. OUTROS PASSIVOS

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	4.473.427,99	1.722.410,21
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	434.793,83	680.038,89
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	3.666.310,57	2.545.716,89
Credores Diversos – Pais (c)	4.355.682,09	2.460.255,43
TOTAL	12.930.214,48	7.408.421,42

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	3.532.389,29	641.934,01
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	941.038,70	1.080.476,20
TOTAL	4.473.427,99	1.722.410,21

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 2.806.965,39) e outros (R\$ 859.345,18);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R\$ 1.516.010,17), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 703.538,50), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 51.399,92) e outros (R\$ 2.084.733,50).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de **2021**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 3.466.429,85** (Três milhões quatrocentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte nove reais e oitenta e cinco centavos).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	171.881.328,96	168.414.899,11
Associados	18.691	16.854

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Reserva (I)	28.996.674,08	14.036.405,69
Fundo para Aumento de Capital (II)	7.064.778,56	527.956,44
TOTAL	36.061.452,64	14.564.362,13

(I) Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, conforme Estatuto Social.

(II) Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para aumento de capital, rateado na forma do Estatuto Social, e incorporados às respectivas contas, sendo as frações de quotas partes imediatamente transferidas ao Fundo de Reserva.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobras Líquida do Exercício	35.323.892,82	2.639.782,22
(+) Utilização de Recursos do Fates	0,00	0,00
(=) Sobras Líquidas	35.323.892,82	2.639.782,22
(10%) FATES	3.532.389,28	263.978,22
(50%) Fundo de reserva	17.661.946,41	1.319.891,11
(20%) Fundo para Aumento de Capital	7.064.778,56	527.956,44
(20%) Sobras a disposição da Assembleia	7.064.778,56	527.956,44
(+) Utilização de Recursos do Fates (a)	641.934,01	731.708,96
Sobras a disposição da Assembleia Geral	7.706.712,57	1.259.665,40

(a) O montante de R\$ 641.934,01 (seiscentos e quarenta e um mil novecentos e trinta e quatro reais e um centavo), acrescido às Sobras Líquidas de 2021, refere-se à utilização dos recursos do FATES, a disposição da Assembleia para deliberação.

e) Cessão de Perdas Acumuladas de Cooperativa Incorporada

Em 01/04/2020, conforme citado na nota 1.1, houve processo de incorporação, ficando o saldo de perdas demonstrado conforme abaixo:

Histórico	Valor
Perdas Acumuladas 31/12/19 - Sicoob CrediSGPA	(38.965.557,69)
Sobras acumuladas até 01/04/2020	3.233.616,74
Total Sobras/Perdas Acumuladas (Saldo migrados 01/04/2020)	(35.731.940,95)
Sobras acumuladas 2020 (ajustes feitos na incorporadora - 01/04/2020)	(236.474,47)
Pagamento de sobras - 2020	(33.050,09)
Pagamento de perdas - 2020	238.102,70
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2015 período prescrito)	464.263,75
Saldo de Perdas antes recurso FGCOOP	(35.299.099,06)
Cessão de Crédito – FGCOOP (a)	29.000.000,00
Baixa provisão IRPJ/CSLL (2016 período prescrito)	655.671,68
Devolução para FGCOOP de perdas já quitadas	(153.152,88)
Pagamento de Perdas - 2021 não cobertas pelo FGCOOP	228.548,40
Valores movimentados no ano	731.067,20
Perdas Acumuladas em 31/12/2021	(5.568.031,86)

(a) Em 18 de dezembro de 2020 foi firmado contrato de Cessão de Créditos de perdas a ratear entre os associados das cooperativas incorporadas com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP, com finalidade de prestar suporte financeiro a cooperativa incorporadora, ficando esta responsável por controlar a perdas individualizadas e por repassar as futuras sobras e juros sobre capital dos exercícios 2021 a 2030 ao FGCOOP, tendo como interveniente garantidora a Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda - SICOOB Goiás Central.

Desta forma foi repassado para cooperativa em dezembro de 2020 o montante de R\$ 29.000.000,00 (Vinte nove milhões de reais). A referida cessão de créditos, abatida diretamente da rubrica de perdas acumuladas no patrimônio líquido, se deu em caráter irrevogável e irretratável.

Conforme termos contratuais o Sicoob Central Goiás, na qualidade de interveniente do contrato, ao final do referido período de 10 anos se torna obrigada a recomprar do FGCOOP os créditos que porventura ainda não estiverem recuperados. Não há qualquer obrigação contratual entre a cooperativa e a Central em decorrência deste contrato de cessão de perdas a ratear.

Após assembleia geral realizada em 11 de março de 2021, e após destinação das sobras do exercício de 2020, foi repassado ao FGCOOP os seguintes montantes das perdas recuperadas, em 13/04/2021 de R\$ 153.124,69 e em 03/05/2021 de R\$ 2.201.911,06, bem como atualização do saldo devedor sendo o montante de R\$ 158.650,52.

Está constituído no passivo, outras obrigações o montante de R\$ 1.328.793,88 (um milhão trezentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos, trezentos e setenta e oito reais e trinta e nove centavos), classificados na conta Fundo garantidor de valores, trata-se de saldo de perdas recuperadas das incorporadas de cooperados desligados no decorrer do exercício de 2021, juntamente com a atualização de saldo junto ao FGCOOP, conforme demonstrado abaixo:

Histórico	Valor
Devoluções de capital para formação do Fundo Garantidor de Valores	237.691,80
Atualização prevista no Contrato junto ao FGCOOP para Cobertura de Perdas da Incorporada	1.091.102,08
Total	1.328.793,88

Após deliberação da Assembleia Geral Ordinária sobre as destinações das sobras do ano de 2021, será apurado os valores discriminados dos cooperados das incorporadas, juntamente com os juros ao capital próprio já creditado em conta capital para repasse ao FGCOOP, conforme previsto no contrato de cessão de créditos.

21. JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado no montante de R\$ 7.349.388,23. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

22. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	669.231,68	1.212.922,04	1.098.221,46
Rendas de Empréstimos	34.315.190,79	60.012.072,52	45.095.722,47
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.495.601,81	7.979.263,47	4.442.692,35
Rendas de Financiamentos	1.442.322,47	2.118.888,80	971.180,57
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.084.659,76	3.389.956,42	2.103.840,04
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.124.409,77	2.171.466,13	2.567.110,92
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.452.423,31	1.825.705,76	561.055,59
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	37.422,03	92.570,32	100.378,96
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	1.100.000,00	1.125.280,17	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	9.801.865,18	11.713.564,95	6.136.886,96
TOTAL	56.523.126,80	91.641.690,58	63.077.089,32

23. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(14.682.435,78)	(20.352.192,68)	(8.155.449,10)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.520.910,43)	(3.891.546,11)	(2.558.087,63)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	11.102.331,67	25.513.791,97	33.571.832,63
Reversões de Provisões para Outros Créditos	47.557,59	185.461,51	297.684,81
Provisões para Operações de Crédito	(22.444.747,37)	(42.651.048,68)	(59.931.126,79)
Provisões para Outros Créditos	(1.583.207,63)	(2.816.429,68)	(1.421.779,99)
TOTAL	(30.081.411,95)	(44.011.963,67)	(38.196.926,07)

24. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	4.763.433,25	9.719.284,91	9.318.406,74
Rendas de Outros Serviços	4.467.875,75	8.073.054,18	4.502.548,36
TOTAL	9.231.309,00	17.792.339,09	13.820.955,10

25. RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	418.749,50	826.937,50	570.689,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	345.217,71	714.162,98	885.612,56
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	24.454,37	35.219,65	9.409,82
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.214.829,00	6.101.623,93	5.524.684,54
TOTAL	4.003.250,58	7.677.944,06	6.990.395,92

26. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(181.647,72)	(323.917,76)	(225.674,34)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.230.714,75)	(2.130.529,17)	(1.431.951,21)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.714.707,25)	(3.180.016,48)	(2.539.265,78)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.280.102,00)	(4.556.371,49)	(3.282.961,21)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.415.841,32)	(12.313.808,52)	(8.564.969,89)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(78.413,42)	(87.398,71)	(153.486,38)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(35.204,65)	(55.978,45)	(92.313,93)
TOTAL	(11.936.631,11)	(22.648.020,58)	(16.290.622,74)

27. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(324.586,71)	(599.517,69)	(476.823,00)
Despesas de Aluguéis	(857.367,75)	(1.706.590,33)	(1.421.218,88)
Despesas de Comunicações	(409.844,15)	(796.211,31)	(689.889,41)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(197.966,90)	(401.410,87)	(212.569,87)
Despesas de Material	(96.922,58)	(189.241,58)	(172.311,99)
Despesas de Processamento de Dados	(1.010.689,44)	(2.028.021,25)	(1.520.458,12)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(498.829,93)	(608.970,35)	(756.727,09)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(5.560,00)	0,00
Despesas de Publicações	(540,00)	(16.325,40)	(540,00)
Despesas de Seguros	(112.294,87)	(239.081,03)	(281.581,69)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.892.517,84)	(5.723.603,51)	(5.473.344,00)
Despesas de Serviços de Terceiros	(925.152,53)	(1.912.867,42)	(1.684.455,15)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(555.480,62)	(1.284.987,09)	(1.351.705,03)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(2.177.099,26)	(3.985.795,29)	(2.340.277,16)
Despesas de Transporte	(734.514,96)	(1.274.685,70)	(1.135.198,27)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(166,00)	(99,00)
Despesas de Viagem no País	(6.149,96)	(9.013,64)	(33.845,06)
Despesas de Amortização	(44.218,03)	(87.584,75)	(143.269,43)
Despesas de Depreciação	(546.761,15)	(1.097.997,11)	(888.545,34)
Outras Despesas Administrativas	(2.001.655,67)	(3.877.594,42)	(2.932.454,47)
TOTAL	(13.392.592,35)	(25.845.224,74)	(21.515.312,96)

28. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	923,94	208.359,53	78.228,41
Dividendos	0,00	120.171,62	332.174,37
Distribuição de sobras da central	0,00	1.514.915,42	725.967,58
Rendas de Repasses Interfinanceiros	48.890,92	99.204,02	130.083,54
Outras rendas operacionais	57.555,13	140.619,89	31.743,87
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	2.107.919,26	4.039.623,33	2.768.319,32
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.218.494,45	1.218.494,45	574.112,48
TOTAL	3.433.783,70	7.341.388,26	4.640.629,57

29. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(13.235,80)	(24.623,33)	(615.399,36)
Outras Despesas Operacionais	(406.024,91)	(2.155.260,33)	(1.809.935,55)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(274.958,43)	(574.283,32)	(560.149,02)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(179.609,79)	(271.947,61)	(58.320,42)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(23.008,11)	(32.832,96)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(6.243,61)	(6.243,61)	(12.663,80)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	0,00	(26.786,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(117.104,64)	(641.934,01)	0,00
TOTAL	(997.177,18)	(3.697.300,32)	(3.116.087,11)

30. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	175.524,01	348.898,73	3.250,00
Reversões de Provisões para Contingências	175.524,01	348.898,73	3.250,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(6.861,73)	(174.824,29)	491.930,85
Provisões para Garantias Prestadas	(1.186.860,74)	(2.257.733,81)	(2.945.119,60)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.179.999,01	2.082.909,52	3.437.050,45
TOTAL	168.662,28	174.074,44	495.180,85

31. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	12.380,68	128.665,78	658.691,02
Ganhos de Capital	104.632,36	160.072,76	115.542,84
Reversão de Provisões não Operacionais	4.381.484,34	4.534.213,38	82.823,60
Outras Rendas não Operacionais	351.801,84	575.676,95	422.964,17
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(24.060,00)	(94.060,00)	(144.631,60)
(-) Perdas de Capital	(583.127,99)	(646.321,40)	(1.005.077,26)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(5.027.080,79)	(5.027.080,79)	(9.671.761,89)
TOTAL	(783.969,56)	(368.833,32)	(9.541.449,12)

32. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

33. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n.º 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	13.491.454,72	1,07%	329.655,36
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	23.466.271,61	1,86%	110.173,48
TOTAL	36.957.726,33	2,92%	439.828,84
Montante das Operações Passivas	33.019.021,04	4,96%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	2,57%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,97%
Crédito Rural (modalidades)	0,16%
Aplicações Financeiras	4,96%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	12.334,38	692,21	0,24%
Conta Garantida	236.583,21	22.369,90	1,96%
Financiamentos Rurais	1.508.344,60	7.541,72	0,94%
Empréstimos	16.645.695,51	283.504,18	3,66%
Financiamentos	48.410,97	5.743,70	0,19%
Direitos Creditórios Descontados	883.994,93	21.349,12	0,99%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Ta a é dia %
Depósitos a Vista	8.346.411,44	2,78%	0%
Depósitos a Prazo	22.652.138,21	5,23%	0,74%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural - RPL, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	0,92%	1,82
Empréstimos	0,61%	55,72
Financiamentos	1,47%	48,27
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	96,81%	165,94

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	267.735,34
Crédito Rural	415.887,50
Direitos Creditórios Descontados	733.112,21
Empréstimos	145.893.529,44
Financiamentos	98.941,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	1.585.847,34	1.351.672,82

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.230.714,75)	(2.130.529,17)	(1.431.951,21)
INSS Diretoria/Conselheiros	(282.472,58)	(491.680,67)	(327.525,52)

34. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA LTDA - SICOOB SECOVICRED, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SECOVICRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	267.358.871,45	338.212.064,64
Ativo - Investimentos	29.574.072,92	22.208.333,31
Total das Operações Ativas	296.932.944,37	360.420.397,95

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	9.881.955,75	14.639.556,40	6.514.073,33
Total das Receitas	9.881.955,75	14.639.556,40	6.514.073,33
Rateio de Despesas da Central	(1.066.801,35)	(1.989.837,55)	(1.646.840,74)
Total das Despesas	(1.066.801,35)	(1.989.837,55)	(1.646.840,74)

35. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no SICOOB.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SICOOB, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a)** fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b)** validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c)** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d)** acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e)** procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f)** identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g)** sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h)** monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i)** informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j)** área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k)** modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l)** aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m)** limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n)** avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O SICOOB dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do SICOOB seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do SICOOB é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do SICOOB.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O SICOOB dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do SICOOB.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do SICOOB atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O SICOOB não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do SICOOB, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do SICOOB.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	176.629.520,41	148.507.444,08
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	23,88	26,58
Índice de imobilização (limite 50%) %	3,97	5,06

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(25.542,91)	(47.791,81)	(37.654,46)
TOTAL	(25.542,91)	(47.791,81)	(37.654,46)

Antônio Gomes da Silva Filho
Diretor Superintendente

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda.
Sicoob Secovicred
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. – Sicoob Secovicred**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Secovicred em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

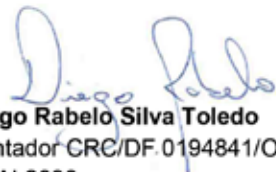
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 8 de março de 2022




Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 0194841/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Metropolitana de Goiânia Ltda. Sicoob Secovicred, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas no Estatuto Social, após examinar as peças que compõem o balanço findo em 31 de dezembro de 2021, o Parecer de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis (CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) e considerando as avaliações periódicas deste órgão de fiscalização, considera que os números do balanço representam adequadamente a real situação econômico-financeira da Cooperativa.

Isto posto, o Conselho Fiscal manifesta opinião favorável pela aprovação do balanço.

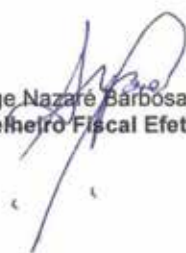
Goiânia-GO, 15 de março de 2022



João Claudio de Araújo
Coordenador do Conselho Fiscal



Paulo Roberto de Souza
Conselheiro Fiscal Efetivo



Jorge Nazare Barbosa
Conselheiro Fiscal Efetivo

BRANCO

RELATÓRIO ANUAL

2021
2021
2021



www.secovicred.com.br